

16 de Dezembro 2019
Segunda-feira
Semanário - Ano 4
Nº 189
Director-Geral
Evaristo Mulaza



“As linhas de crédito perderam o seu sentido”

ENTREVISTA O embaixador do Brasil em Angola vê coincidências nas agendas e nas ideias que os governos de ambos os países implementam, no campo político e económico. Razão suficiente para afirmar que os dois países estão “a virar uma página”. Paulino Neto pensa que as linhas de crédito não são mais “o cavalo de condução das relações económicas bilaterais”, por isso entende que perderam um pouco o seu sentido. O diplomata não deixou de antecipar a possibilidade de troca de viagens ao mais alto nível: João Lourenço para o Brasil e Jair Bolsonaro para Angola. **Págs. 4 a 6**

Paulino Neto,
embaixador
do Brasil em
Angola



Mário Mujetes © VE

ANULAÇÃO DE CONTRATOS EM CAUSA

AEnergy acusa General Electric de dar falsa informação ao Governo

CONFLITO Novos dados sobre a anulação pelo Governo de 13 contratos assinados com a AEnergy. A empresa acusa a General Electric de dar informação falsa às autoridades, o que originou a decisão governamental, mas a empresa acusada nega qualquer envolvimento no processo. A AEnergy já calcula as perdas acima dos 400 milhões de dólares e teme o encerramento de portas. **Pág. 10**

‘CASO 500 MILHÕES’

Ex-director do BNA contesta acusação

António Samalia Bule Manuel, ex-director do departamento de gestão de reservas do BNA, constestou a acusação do Ministério Público, segundo a qual o ex-governador Valter Filipe não teria competências para autorizar a transferência dos 500 milhões de dólares para Londres. **Págs. 14 e 15**



PARTE DOS MONTANTES JÁ DISPONÍVEIS

Finanças acertam com o Fundo Soberano recursos para o PIIM

Págs. 8 e 9

CONTAS ERRADAS

Não é a primeira e, seguramente, não será a última vez que o Governo junta positivamente ‘alhos com bugalhos’, nos seus balanços sobre a recuperação de activos, no âmbito do controverso combate à corrupção.

Em Outubro passado, no seu discurso sobre o ‘estado da Nação’, João Lourenço incluiu os 2.350 milhões de dólares, negociados com o anterior gestor do Fundo Soberano, como parte dos recursos recuperados pelo Estado, além do património imobiliário no exterior calculado em mais de mil milhões de dólares. A esses números o Presidente da República juntou os 500 milhões de dólares que regressaram ao BNA, na sequência da anulação do contrato de gestão de activos, assinado entre o banco central e um consórcio formado por um operador angolano e outro estrangeiro. O conhecido processo que se encontra em julgamento no Tribunal Supremo.

Nessa altura, vários observadores lembraram ao Presidente que as contas estavam a ser mal

feitas, porque os dois principais processos que citou não podiam nem deviam ser enquadrados na campanha de combate à corrupção. E a explicação era simples. Qualquer dos processos referia-se a montantes que nunca se encontraram fora do património do Estado. Os recursos do Fundo Soberano estavam a ser geridos por uma entidade com mandato legítimo para o efeito e mantiveram-se sempre propriedade do Estado. Nunca foram desviados. O que aconteceu, neste caso, é que o Governo optou por romper o contrato com o então gestor, porque entendeu que poderia gerir os recursos eventualmente com melhores retornos para os cofres públicos.

O mesmo diga-se em relação ao dossier dos 500 milhões de dólares. Independentemente do processo movido pelas autoridades e dos argumentos que o suportam, os valores nunca saíram da esfera do património do BNA. O ex-director do departamento de gestão de reservas do BNA, António Samalia Bule Manuel, voltou a confirmar isso mesmo nas declarações que prestou ao Tribunal Supremo, enquanto réu no processo. E o Ministério Público,

em todas as provas produzidas até ao momento, não conseguiu demonstrar o contrário. Numa frase resumida, os activos do Fundo Soberano e os 500 milhões de dólares que estão na base do processo em julgamento no Supremo não foram recuperados, porque nunca foram perdidos.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, aparentemente, não se apercebeu desses reparos e apresentou, esta semana, em Abu Dhabi, saldos de recuperação de activos que voltam a juntar ‘alhos com bugalhos’. Porque seguramente Francisco Queiroz não teria como mencionar mais de cinco mil milhões de dólares recuperados, no âmbito do combate à corrupção, se não estivesse a referir-se aos valores do Fundo Soberano e aos do BNA.

É óbvio que se percebe a pretensão do Governo: apresentar números que possam empolar, ao máximo possível, o alegado sucesso da campanha de recuperação de activos. Só que, desta forma, o Governo deturpa a percepção real do seu trabalho e expõe-se ao constrangimento gratuito, porque engana toda a gente, com balanços fáceis de desmontar.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



CARLOS VAZ, economista e docente na Universidade Católica de Angola

A Assembleia acaba de aprovar o OGE. É o que esperava? Não, nem por mim, nem por ninguém. Precisávamos de um orçamento que estimulasse o crescimento; que tivesse medidas para se reduzir o impacto da crise sobre os pobres. Temos um orçamento com peso no passado e não nos permite olhar para o futuro com esperança.

Mas prevê-se crescimento... A perspectiva do Governo é que a economia cresça 1,8%, mas não vejo razões para que tal aconteça, porque o sector petrolífero não pode crescer num contexto em que se prevê uma redução do consumo privado, e o consumo privado vai reduzir porque se introduziu o IVA, que poderá ser verdadeiramente sentido em 2020. Há outras medidas contraccionistas, como o aumento do IRT. Não se pode crescer com medidas contraccionistas e mais: hoje estamos mais expostos às crises internacionais que no passado.

Porquê?

No passado, as crises eram por causa da oscilação do petróleo, mas hoje, com o nível de dívida comercial externa, embora de longo prazo, tornamo-nos mais vulneráveis, pelas possíveis alterações das taxas de juros internacionais. Ou seja, temos agora duas vias de entrada da crise: ou pela oscilação negativo do preço do petróleo ou pela alteração das taxas de juro.

10
TERÇA - FEIRA
A Autoridade Reguladora da Concorrência de Angola passa a ser o 142.º membro da Rede Internacional de Concorrência. A admissão dependeu do cumprimento de critérios relativos à legislação e de medidas de política pública, promotoras da sã concorrência.

11
QUARTA - FEIRA
O Standard Bank Angola é eleito melhor Banco do Ano de 2019 pela 'The Banker', por apresentar bons indicadores de rentabilidade, solidez e eficácia na gestão de custos. É composto por 19 agências, três centros de empresa, três postos de atendimento e duas suites private, com balcões em sete províncias.

12
QUINTA - FEIRA
A Assembleia Nacional aprova o OGE para 2020, que prevê receitas e despesas de 15,9 biliões de kwanzas mais 4,5 biliões do que o de 2019. O documento foi aprovado com 132 votos a favor do MPLA, 50 contra da Unita e CASA-CE.



13
SEXTA - FEIRA
O Presidente da República, felicita o homólogo Uhuru Kenyatta, pelos laços de amizade e cooperação que unem Angola e o Quênia, em alusão ao aniversário de independência daquele país.



14
SÁBADO
O Ministério da Hotelaria e Turismo e agências de viagem de Malanje e Luanda criam um roteiro turístico da província, para facilitar a criação de pacotes ajustados à realidade local e contribuir na dinamização e rentabilização do sector.



15
DOMINGO
O vice-Presidente da República desloca-se a Nairobi, Quênia, para participar na 9.ª Cimeira de Chefes de Estados e de Governo da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Bornito de Sousa teve encontros com as mais altas entidades representativas do Quênia.



16
SEGUNDA-FEIRA Angola e os Emirados Árabes Unidos assinam um entendimento para a modernização do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, assente numa parceria estratégica, com a presença do ministro dos Transportes, Ricardo Viegas d'Abreu.

COTAÇÃO



"PRIMEIRA FASE" DO ACORDO CHINA/EUA ANIMA EUROPA...

As bolsas europeias negociaram em alta no primeiro dia desta semana em virtude do acordo comercial da "primeira fase" entre os EUA e a China. Os dois países chegaram a acordo, depois de 18 meses de desentendimento. O pan-europeu Stoxx 600 subiu 1,1%, ultrapassando 416,6 pontos e atingindo um novo recorde histórico de alta, superando os 414,06 pontos alcançados em 15 de abril de 2015. Ações ligadas à recursos básicos lideraram os ganhos.



... E TAMBÉM OS PRODUTORES DE PETRÓLEO

O acordo entre a China e os EUA também motivou a satisfação dos produtores de petróleo. Os contratos futuros fecharam em alta com o petróleo WTI para Janeiro a avançar 0,23% para 60,21 dólares o barril, enquanto o Brent (referência das exportações angolanas) para Fevereiro subiu 0,18% para 65,34 dólares o barril.

Entrevista

PAULINO NETO, EMBAIXADOR DO BRASIL EM ANGOLA

“Brasil e Angola estão a virar uma página”

Em Angola desde Novembro de 2016, Paulino Neto mostra-se confiante nas relações bilaterais e prevê uma visita de Jair Bolsonaro para Junho de 2020. Avança a vontade dos brasileiros de exportar aviões para Angola e de investir em agro-negócio e na produção de medicamentos genéricos.

Por César Silveira e Lúcia de Almeida

Como se encontram as relações bilaterais?

As relações são históricas, tradicionais e muito intensas. Desde a tomada de posse de Presidente João Lourenço e a mais recente tomada de posse do presidente Jair Bolsonaro, têm-se intensificado. Tanto é que o ministro das Relações Exteriores do Brasil esteve em Luanda, na semana passada, para uma visita de três dias, isto simboliza a relevância das relações bilaterais. Os dois países têm trabalhado para que estas relações adquiram um rumo novo com as agendas presidências, tanto com a de João Lourenço quanto a do presidente Jair Bolsonaro. Combate à corrupção, transparência na gestão e administração pública, investimentos do sector privado, incentivo por meio de um quadro normativo mais actualizado e moderno para que empresas estrangeiras possam investir em Angola. Há muitas coincidências do ponto de vista de políticas económicas e de ideias entre os dois Estados, além dos laços históricos. Fomos o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, mas queremos olhar para o futuro. Temos algumas vantagens competitivas em relação a outros países.

Após a visita do ministro brasileiro das Relações Exteriores, há a hipótese de visitas ao mais alto nível?

Sem dúvidas! Não cabe a mim anunciar visitas de presidentes. No entanto, está prevista uma visita de João Lourenço ao Brasil e uma visita de Jair Bolsonaro a Angola. Ele virá provavelmente para a cúpula da CPLP, marcada para Junho do próximo ano. Queremos muito que João Lourenço vá ao Brasil para vender a imagem desta nova Angola. País que enfatiza os aspectos sociais da governação, que luta contra a corrupção, que tem orientações e iniciativas na área política, económica e na diversificação da economia. Temos uma contribuição a dar, através do espírito empreendedor dos investidores brasileiros em diferentes ramos, já que as condições macroeconómicas aqui estão a melhorar e vão melhorar ainda mais.

Falou em semelhança de agendas entre os Presidentes do Brasil e

de Angola. Como avalia a recepção destas agendas por parte das populações dos dois países?

A situação de Angola e do Brasil não é a mesma. O Brasil tem uma economia e população maiores. A economia brasileira já voltou a crescer e em Angola, com essas medidas que foram tomadas, há esperanças de que a economia volte a crescer a partir de 2020. O fundamental é realçar que as políticas económicas e decisões dos dois governos vão no sentido de atrair o capital de estrangeiros, o investimento directo e produzir localmente, tanto no Brasil como em Angola. Só que as reformas económicas no Brasil começaram antes e foram intensificadas agora com o ministro Paulo Guedes e os primeiros resultados já se fazem sentir. Este ano, a economia brasileira crescerá mais de 1% e, no próximo ano, entre 2,5 e 3%. O que para economia brasileira é bastante

significativo. Estamos numa curva ascendente, ainda que o cenário do mercado internacional não seja dos melhores. Na China, em que sempre houve um índice de crescimento muito elevado, tudo indica que há um certo arrefecimento. Por isso, é importante diversificar as nossas economias por vários mercados em África, nas Américas e na Ásia.

Como é que os investidores brasileiros olham para o mercado angolano?

Há interesses. Há um grupo relativamente grande de empresários aqui, pequenos e microempresários no comércio, prestação de serviços em diversas áreas. São empresas que empregam muita gente, sobretudo, angolanos. Na alimentação, por exemplo, temos restaurantes e empresas que oferecem refeições em eventos cuja mão-de-obra é 99% angolana. Antes tínhamos grandes

empresas que empregavam muito, hoje temos pequenas empresas que também empregam. Temos perspectivas de novos empreendimentos na área do agro-negócio e na área de produção de medicamentos genéricos.

Há empresas brasileiras a saírem de Angola por causa da crise?

Sair propriamente não. As grandes construtoras brasileiras, por razões que todos conhecemos, diminuíram a carteira de negócios. Mas nada impede que elas voltem a actuar de um modo mais intenso. Isto depende muito do crescimento económico de Angola, da questão da administração da dívida pública angolana, e essas empresas irão adaptar-se às novas circunstâncias. Elas terão de actuar com novo modelo de transparência e compliance.

Quantas empresas brasileiras operam em Angola?

É difícil dizer, porque as estatísticas muitas vezes não reflectem o momento. A presença continua expressiva, apesar de algumas empresas terem saído do mercado. Brasil e Angola estão realmente a virar uma página, deixando um passado que foi muito baseado em escolhas de empresas campeãs e que tinham financiamento do banco brasileiro com garantia soberana. São coisas que interessam ao Brasil e não interessam a Angola. A visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil serviu também para marcar o início de um novo capítulo nas relações económicas. Trata-se de tornar esta nova Angola mais conhecida no Brasil



Samuel Samuelsen © VE

“As grandes construtoras brasileiras, por razões que todos conhecemos, diminuíram a carteira de negócios. Mas nada impede que elas voltem a actuar de um modo mais intenso.”

para que haja mais protagonismo do sector privado brasileiro, engajamento em projectos e saber que temos em Angola um novo ambiente jurídico, mais transparente e que transmite mais segurança. Todas as reformas estruturais da economia estão a ser levadas a cabo com muita responsabilidade e compromisso e é isso que o sector privado brasileiro tem de conhecer melhor e estamos a trabalhar nisso. Vender essa nova Angola no Brasil é o nosso objectivo.

Qual acha que será o futuro da Odebrecht em Angola?

Não posso falar em nome da empresa. No entanto, é uma empresa grande no Brasil e aqui em Angola tem um acervo de obras respeitáveis, tem capacidade técnica, um corpo de engenheiros de primeiro nível e internacional. No Brasil e em Angola, pagaram as suas penas, eles têm de seguir as regras de transparência e de compliance em vigor no Brasil e em Angola.

A Odebrecht cá, pelo menos, tinha muitas obras que beneficiavam da linha de financiamento e que depois foram suspensas. Como é que está este processo?

O Governo angolano tem, como prioridade, investir na área social. O orçamento público deve ter como foco de gastos a saúde e a educação. Angola tem uma dívida pública bastante elevada. O que o Governo quer é baixar a dívida e, para baixar a sua dívida, não pode contratar mais empréstimos ou, pelo menos, empréstimos nas bases que até então trazia garantia em petróleo. Tudo isso acabou e é plenamente justificado. O que se quer é trazer investimentos estrangeiros. O próprio investidor traz os seus recursos e o risco é dele. Não cabe aos Estados dar incentivos especiais a este tipo de investimento. As linhas de crédito perderam um pouco o seu sentido, por isso Angola e Brasil vivem novos tempos. Não queremos mais que poucas empresas sejam beneficiadas através de linhas de créditos a taxas de juros relativamente baixas, comparadas às taxas de juros utilizadas no mercado internacional. O próprio Governo angolano tem outras prioridades. A linha de crédito não é mais um cavalo da condução de relações económicas bilaterais. Os dois Estados querem que os privados investam em Angola e criem empregos. Essa é a grande mudança. Demora, não é simples e cheia de contratemplos,



Santos Samuessa © VE

mas é a única maneira de fazer crescer a economia com bases sólidas e mais justas.

Ou seja, não há possibilidades desta linha de crédito voltar?

As linhas de crédito que permitiram financiar os projectos como a hidráulica de Laúca e outros, muitas delas tendo a Odebrecht como vencedora do concurso público aqui em Angola, foram encerradas por decisão judicial do Brasil. Os desembolsos do Bradesco foram interrompidos e, na semana passada, o Governo angolano quitou o saldo devedor referente a essas linhas de crédito. Inauguramos uma nova fase de cooperação económica e financeira, que é baseada no protagonismo do sector

privado, sem escolhas de empresas campeãs, com a diversificação de sectores, porque não devemos ficar circunscritos em sectores de infra-estruturas. Porque não ter investimentos brasileiros na agricultura?

Angola já não deve ao Brasil, a dívida...

Ela foi zerada. Angola não deve nada ao Brasil.

O Banco do Brasil encerrou a sua representação em Angola. Pode voltar?

Encerrou por uma questão de gestão interna, que não tinha necessariamente que ver com o mercado angolano. Eles deixaram de ter actividades em muitos países e não só em Angola. O Banco do

Diplomata há 34 anos

Paulino Franco de Carvalho Neto é natural de Curitiba (Brasil), começou a carreira diplomática em 1985. É formado em diplomacia e administração pública, no Brasil. Entre as funções desempenhadas nos últimos anos estão a de director do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, tendo ainda sido chefe da Divisão do Meio Ambiente e chefe da Divisão de Serviços Gerais. Já foi diplomata na Suíça, Itália e Chile.

Não cabe a mim anunciar visitas de presidentes. No entanto, está prevista uma visita de João Lourenço ao Brasil e uma visita de Jair Bolsonaro em Angola.

Brasil é controlado pelo governo brasileiro, mas é uma sociedade anónima quotada em bolsas de valores e as decisões são tomadas pelos seus sócios. O que podemos imaginar é que bancos brasileiros privados possam vir a Angola em algum momento. É uma decisão que deve ser tomada por eles e não pelo governo brasileiro. Vai depender do sistema bancário angolano que está em curso e a questão das divisas que tem melhorado, mas ainda há muito a ser feito.

Não acha que a nova realidade a que se refere para os privados brasileiros em Angola 'obriga' à presença de bancos brasileiros no país?

Pode ser uma alternativa sem dúvi-

das. Os investidores brasileiros dos diferentes sectores podem ser beneficiários do sistema bancário existente em Angola. Para o investidor brasileiro não necessariamente, ele tem de utilizar um banco brasileiro naturalmente. Em investimentos mais volumosos, há a necessidade de financiamento bancário sem dúvidas. E caberá aos próprios investidores buscar o agente bancário que possa fornecer este investimento.

Por causa da falta de divisas existem empresas brasileiras a solicitar o apoio da embaixada para transferir lucros?

Isso ocorreu mais no passado. Agora tem diminuído. Não tenho um quadro preciso actualizado sobre isso. As remessas, ainda que não tenham sido normalizadas, é mais fácil hoje do que há dois ou três anos.

Que benefícios trará o acordo de dupla tributação assinado recentemente?

É um acordo especificamente para evitar a dupla tributação dos lucros aéreos e marítimos. Isto vai facilitar muito a vida da Taag no Brasil.

A Taag anunciou o fim de ligação entre Luanda e o Rio de Janeiro...

A Taag tem projectos grandes para o Brasil, inclusive de aumentar a frequência para São Paulo. São Paulo é o grande 'hub', pode ir-se para qualquer lugar do Brasil e do mundo. Não posso anunciar os objectivos da empresa, mas sei que a Taag vai utilizar o aeroporto de São Paulo como base para usar outras companhias brasileiras internacionais para que os passageiros que saem de Luanda possam viajar para os EUA, Europa e para outros países da América do Sul e o melhor ponto de conexão é seguramente o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Há brasileiros detidos em Angola e vice-versa. Qual é a possibilidade de se assinar um acordo de extradição entre os dois países?

O acordo já existe. Infelizmente temos o flagelo do narcotráfico e, às vezes, pessoas que não são responsáveis pelo narcotráfico, por uma quantia pequena de dinheiro, transportam drogas para os grandes traficantes. Além de ser um problema social e familiar, isto acaba por fazer com que outras pessoas sofram além do necessário. Claro que essas pessoas têm autonomia

Continua na página 6

Entrevista

Continua da página 5

para fazer o que elas quiserem, nesse caso tomaram decisões equivocadas e têm de pagar por isso. O problema central não está neles, mas sim nos grandes traficantes que têm de ser combatidos.

Mais em Angola do que no Brasil temos mais 'mulas' traficantes a serem detidos do que os 'barões'. Acredita que, com este acordo, num futuro próximo, haverá a detenção de mais 'barões'?

O narcotráfico é um combate complexo de se realizar. A força do narcotráfico é avassaladora em muitas países. No Brasil e até Angola, de certa maneira, não tanto como os outros países. Mais isso exige políticas públicas e coordenadas de segurança bilateral, no plano internacional, multilateral e permanentemente tem de ser combatido sob pena de ficarmos nas mãos desses 'barões' do narcotráfico. Depois temos a questão do consumo. As pessoas têm de parar de consumir drogas porque, se há uma oferta, é porque há uma demanda.

As trocas comerciais entre Angola e o Brasil já estiveram fixadas em cerca de mil milhões de dólares...

O nosso comércio bilateral tem caído desde 2015. Até 2014 estava em torno de mil milhões de dólares, mas, no ano passado, reduziu para cerca de oitocentos milhões, somando tudo o que o Brasil exporta para Angola e tudo o que Angola exporta para o Brasil. Este ano, houve mais uma quebra. Queremos aumentar a perspectiva. Por exemplo, o sector industrial fazer a aquisição de autocarros fabricados no Brasil. Queremos exportar aviões para Angola, temos a Embraer que produz aviões regionais e que podem ser usados eventualmente pela Taag. A Embraer lançou o avião E-195, a nova geração de aviões de passageiros com capacidade de até 150 lugares e adaptar-se-iam muito bem às rotas domésticas de Angola e às rotas regionais, a preços competitivos e com financiamentos sem garantia soberana.

Já existem contactos neste sentido? Houve já uma demonstração deste avião em Angola recentemente. O avião fez um voo, foi mostrado a potenciais compradores e autoridades do sector aéreo.



Embaixador do Brasil não antecipa o balanço do seu mandato, mas avalia que o que já foi conseguido é "positivo".



Mas é uma decisão que cabe ao Governo angolano.

A queda nas trocas comerciais deve ser atribuída essencialmente à situação económica de Angola?

Aos dois países, só que, no Brasil, talvez a curva ascendente tenha começado um pouco antes. No entanto, os especialistas dizem que a economia angolana vai crescer, vai gerar empregos e criar riquezas.

O processo 'Lava-Jato' e muito por culpa da suspensão da linha de crédito criou-se um certo 'irritante' na relação entre os dois países. Está totalmente ultrapassado?

Sem dúvidas! Uma plena superação disso é que, em outro momento, vamos estar a fazer julgamentos de quem quer que seja, a ex-dirigentes, a representantes do sector privado. Não é o meu papel, pelo contrário. O que nós queremos é olhar para

frente e, olhando para frente, vemos um cenário que nos parece melhor do que se olharmos para o passado recente.

Os angolanos acompanham muito o que acontece no Brasil por razões óbvias. Há aqui uma legião de apoiantes de Lula. Como é que podemos olhar para o futuro do ex-presidente do Brasil?

De política interna do Brasil prefiro não falar. Decisões sobre política interna são tomadas pelos eleitores. Aos diplomatas cabe cumprir as decisões dos nossos presidentes.

No caso de Lula até às eleições ainda tem a justiça ao meio...

O ex-presidente Lula foi condenado já em dois processos. Isso significa que hoje por hoje ele não poderia candidatar-se a qualquer eleição por voto no Brasil.

Há muitas queixas sobre dificuldades de acesso a vistos para o Brasil.

As linhas de crédito que permitiram financiar os projectos como a hidráulica de Laúca e outros, muitas delas tendo a Odebrecht como vencedora do concurso público, foram encerradas por decisão judicial do Brasil.

Emitimos cerca de 15 mil vistos para angolanos, o índice de rejeição de vistos deve estar em torno de 20%. Enquanto nos outros países o índice de rejeição é de 50%. Autorizamos vistos com múltiplas entradas.

É uma visão equivocada. As pessoas têm uma tendência sempre de reclamar sobre tudo o que envolve juntar documentos, comprovar determinadas coisas, tudo toma um tempo. Nós emitimos cerca de 15 mil vistos para cidadãos angolanos, o índice de rejeição de vistos deve estar em torno de 20% no máximo. Enquanto nos outros países o índice de rejeição é de 50%. Autorizamos vistos com múltiplas entradas, duração de um ano, vistos de turismo. Mesmo os cidadãos brasileiros que pedem vistos para Angola, os vistos são de curta duração e nem sempre de múltiplas entradas. Tudo é uma questão de reciprocidade. Os mecanismos podem ser aperfeiçoados sem dúvidas.

Os angolanos gostavam de ter a porta do Brasil aberta...

Isso depende dos dois governos, tem de haver um desejo angolano

e brasileiro. É uma possibilidade. Sem dúvida seria muito bom para os dois povos.

Como podemos caracterizar a comunidade brasileira em Angola?

É muito diversificada, ela está aqui com a sua situação regular. Muitas pessoas têm o próprio negócio, alguns são empregados em diferentes sectores, têm um nível educacional e de formação relativamente alto e estão muito bem inseridos aqui. O grosso está em Luanda e alguns em Benguela.

Quantos são?

Cerca de 15 mil brasileiros, não é um número preciso.

Como perspectiva as relações bilaterais, quando estiver a terminar o mandato de João Lourenço?

Vejo que haverá uma integração económica maior. Os investidores brasileiros com uma presença maior; o comércio bilateral crescerá mais do que se possa imaginar; Angola será cada vez mais uma referência para o Brasil em África, sem dúvida. O peso de Angola é bastante significativo para o Brasil.

Quando chegou a Angola, que missão trazia e que avaliação faz hoje?

Cheguei num momento muito sensível. Cheguei em Novembro de 2016, estávamos no auge da crise económica e tentávamos resolver outros aspectos decorrentes da 'Operação Lava-Jato', mas tudo isso foi superado. Os dois países, do ponto de vista político-económico, estão com novas orientações, com muita clareza do que querem fazer e já têm feito muito. Há uma crescente coincidência de valores e acções. É um caminho lento infelizmente, muitas vezes, mas é o único caminho a ser trilhado.

E que balanço faz?

Temos sempre as nossas frustrações, em parte conseguimos manter as relações políticas muito bem ajustadas. Os dois governos, independentemente das preferências políticas de um e de outro, sempre mantiveram um grau de fraternidade, de amizade, de conversa franca. Na área de cooperação técnica, fizemos algumas coisas nos últimos três anos, de igual modo, na área de cooperação jurídica, segurança e mobilidade. O balanço é positivo. Não quero antecipar o final da minha missão que ainda não está no horizonte.

VIVA O MELHOR DO NATAL EM FAMÍLIA!

zäp

na compra da
zäp
BOX HD

Oferta
Tá fácil
Max
7 dias



NA COMPRA DA **ZAP BOX HD**
OFERTA DO TÁ FÁCIL MAX 7 DIAS COM MAIS DE 90 CANAIS

APOIO AO CLIENTE:

935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

CAMPANHA LIMITADA AO STOCK EXISTENTE

SIGA-NOS EM:    

+ INFO EM: www.zap.co.ao

Economia/Política



Ministra das Finanças esteve no Cuando Cubango, na última semana.

Mário Mujetes © VE

VERA DAVES EXPLICA “ACERTOS” COM O FUNDO SOBERANO

Ministério das Finanças faz acordos com o Fundo Soberano sobre o PIIM

TESOURARIA. Fundo Soberano de Angola já libertou 1.000 milhões de dólares dos dois mil milhões aprovados para a implementação do PIIM. Vera Daves assegura que a libertação das verbas estará condicionada ao agrupamento do “volume de projectos”, como forma de impor disciplina nos gastos.

Por Fernando Francisco

O Ministério das Finanças já tem sob sua tutela 1.000 milhões de dólares que pertenciam ao Fundo Soberano de Angola e que serão usados para a implementação do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), segundo Vera Daves.

Lembrando que o Governo tomou a decisão de “descapitalizar” o Fundo Soberano para financiar projectos de forte impacto social”, a ministra das Finanças revelou que estão a ser feitos “acertos com o Fundo Soberano para ver quanto

dos dois mil milhões de dólares estão efectivamente disponíveis” de forma imediata. “Já conseguimos que o Fundo Soberano nos libertasse mil milhões de dólares e estes recursos já estão à nossa guarda, digamos que estão no Banco Central e este vai transferindo ao Tesouro Nacional à medida das execuções. Já foram transferidos 100 milhões dos mil milhões disponibilizados. À medida que conseguirmos agrupar o volume de projectos para pagamento, serão disponibilizadas outras tranches. E depois iremos para a outra parte do valor. Assim vai acontecer e fizemo-lo assim de forma propositada.”

O propósito a que se referiu Vera Daves é “impor disciplina no gasto” no sentido de ter “certeza de que o valor só flui à medida que é efectivamente necessário e evitar assim

tentações pelo meio”. “O processo tem um amplo escrutínio e estamos a ser escrupulosos no cumprimento das regras orçamentais, desde logo as condições contratuais e de monitoramento”, garantiu na semana passada à margem de uma visita ao Cuando Kubango.

Sobre esta província, a governante garante que o processo de implementação do PIIM “segue os trâmites normais”, uma vez que as autoridades locais têm recebido o apoio dos órgãos centrais “na preparação das peças necessárias ao lançamento dos concursos públicos”. “A informação que recebemos é que muitas destas peças já estão praticamente prontas e os concursos públicos para as empreitadas serão lançados em Janeiro de 2020 e outros estão a ser reequacionados

em função das prioridades e do seu impacto social e provavelmente nos chegarão, a nós, e ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado com uma proposta de remanejamento”, salientou. A governante acrescentou esperar que as propostas cheguem “com a flexibilidade necessária” para se alinharem “com aquilo que é expectativa do governo da província e das administrações municipais, assegurando que, no final do dia, o benefício social para as populações seja efectivamente sentido”.

OBRAS PARALISADAS E FALTA DE BANCOS NO ‘KK’

Ainda sobre a maior província do país em termos de extensão, Vera Daves adiantou que o Ministério das Finanças e as autoridades locais

vão trabalhar no sentido de perceber “a razão por detrás desse desnível entre a execução física e a execução financeira” e encontrar solução. “Vamos verificar o grau de cumprimento das regras de contratação e de execução orçamental e uma vez que estas tenham sido cumpridas vamos fazer todo o esforço para que o desnível seja eliminado.”

Por outro lado, Vera Daves apelou aos bancos a investirem no sentido de uma maior representatividade na província, reconhecendo a necessidade de o Governo trabalhar mais no sentido operar enquanto facilitador. “O que temos de fazer é facilitar para que muitos dos problemas sejam resolvidos e essa questão dos correspondentes bancários é uma delas. Existem muitas instituições bancárias pri-



O MINISTÉRIO DA ENERGIA e Águas recusou este domingo, 15, que o ministro João Baptista Borges tenha dado garantias de que Angola poderá vir a vender energia à vizinha RDC, como noticiou a Angop. Segundo a agência de notícias estatal, o ministro proferiu tais declarações durante a inauguração da subestação eléctrica de Nôqui, no Zaire.

MEMORIZE

● Vera Daves explica que, após vários meses de negociações, o Estado amortizou 589 milhões de dólares, pagamento antecipado que permitirá libertar 20 mil barris de petróleo por dia. “Ao preço do barril orçamentado de USD 55, irá traduzir-se em fluxos de caixa na ordem dos 401,5 milhões de dólares por ano, o que representa um aumento na tesouraria de 1,606 milhões de dólares norte-americanos até 2024 - data de vencimento inicial do financiamento.”

2

Mil milhões de dólares, fundos que serão retirados do Fundo Soberano de Angola para a implementação do PIIM.

vadas, com balanços interessantes, e que têm plena capacidade de responder ao apelo que está a ser feito por parte do governo provincial do Kuando Kubango e pelas administrações quanto à prestação deste serviço. O que nós, Estado, temos de fazer é avaliar o que podemos fazer mais para tornar esse movimento ainda mais facilitado”.

DINHEIRO DO FMI É APENAS PARA O OGE

Vera Daves explicou que a segunda tranche recebida do Fundo Monetário Internacional, no caso os 247 milhões de dólares, será utilizada apenas “para apoio à tesouraria, de modo que servem basicamente para financiar as despesas do Estado”. Segundo a ministra, o OGE em recurso foi desenhado considerando a recepção do referido montante. “Tínhamos realmente expectativas de que eles entrassem e contamos com estes recursos quando fizemos a programação financeira trimestral e o plano de caixa do

mês de Dezembro. De modo que estes recursos vão atender à execução do OGE nas suas diferentes dimensões – serviço de dívida, despesas de capital, despesas correntes – o que é normal na execução do Orçamento. Não está consignada a projetos específicos porque é um financiamento puro à tesouraria”, explica Daves.

Em relação ao OGE 2020, recentemente aprovado pela Assembleia Nacional, a ministra das Finanças considera um “misto entre o orçamento o possível e o ideal para manter o normal funcionamento” do Estado e do país. “É o possível, porque temos de nos adaptar às condições de tesouraria que temos; temos de definitivamente aprender a viver, cada vez mais, dentro das nossas possibilidades e não querer ser muito mais, para além daquilo que somos capazes de gerar e isso passa por uma mudança de mentalidade, sermos humildes e nos focarmos no que é prioritário: ter amor ao próximo, pensar nos nossos concidadãos, no que os angolanos efetivamente precisam e muitas vezes o que os angolanos precisam não custa assim tão caro”, defendeu.

Outro tema abordado por Vera Daves foi o pagamento antecipado da dívida com o Brasil, explicando que se insere na estratégia do Executivo para reduzir o stock da dívida. “Temos de ir reduzindo a nossa exposição em termos de endividamento público. Estamos a avançar nas liquidações à medida que vamos tendo folga de tesouraria, privilegiando a liquidação daquelas linhas de financiamento que são mais caras, que drenam mais recursos de tesouraria. Depois vamos tratar progressivamente das outras até que possamos viver com um quadro em que tenhamos um endividamento responsável, criterioso e que não comprometa o futuro das próximas gerações”, refere a ministra. Vera Daves explica que, após vários meses de negociações, o Estado amortizou 589 milhões de dólares, pagamento antecipado ao Brasil que permitirá libertar 20 mil barris de petróleo por dia. “Ao preço do barril orçamentado de USD 55, irá traduzir-se em fluxos de caixa na ordem dos 401,5 milhões de dólares por ano, o que representa um aumento na tesouraria de 1,606 milhões de dólares norte-americanos até 2024 - data de vencimento inicial do financiamento”, contabilizou Vera Daves que lidera as Finanças desde Outubro deste ano.

À SEMELHANÇA DE ALGUNS PAÍSES DA EUROPA E AMÉRICA

Zâmbia legaliza cultivo da ‘liamba’ para exportação e saúde

O governo zambiano acaba de aprovar a legalização do cultivo da liamba para uso no sector da saúde e para exportação. As empresas interessadas em cultivar e comercializar o produto pagarão uma taxa de 250 mil dólares por ano, sendo que as licenças serão emitidas pelo Ministério da Saúde, enquanto a supervisão fica a cargo do Serviço Nacional da Zâmbia.

A formalização da liamba é um assunto que vinha sendo debatido há mais de cinco anos. Com a aprovação do projecto, vários ministérios reclamaram a titularidade da emissão da licença, o que levou o ‘Gabinete’ a realizar um processo de votação entre os ministérios da Administração Interna, Agricultura, Saúde, Comércio e outros, tendo a Saúde ganho o escrutínio interno.

Alguns observadores consideram que a lei foi aprovada às pressas, vaticinando que tenha assim sido por pressão de “grandes empresas”. A liamba é um negócio que vem ganhando espaço em todo o mundo. Em África, de acordo com os dados disponíveis, Marrocos é o

que mais arrecada com a venda da ‘liamba’, seguindo-se o Lesoto e o Uganda. No Marrocos, por exemplo, o produto já representa 10% do PIB, sendo que emprega mais de 800 mil pessoas.

A nível mundial, o mercado reclamou 18 mil milhões de dólares, em 2018, e prevê-se que venha a movimentar 194 mil milhões até 2026, caso o número de países que liberarem o uso medicinal e recreativo da erva não aumente mais do que o previsto.

Actualmente, 40 estados permitem o uso da droga medicinal e outros cinco, o recreativo. Estima-se que, nos próximos cinco anos, 60 países poderão liberalizar a droga. Em Angola, o cultivo da erva continua a ser legalmente proibido. Na edição do dia 4 de Agosto deste ano, diferentes analistas corroboraram com a possibilidade de a liamba poder vir a ser legalmente explorada para a exportação, visando contornar a crise económica.

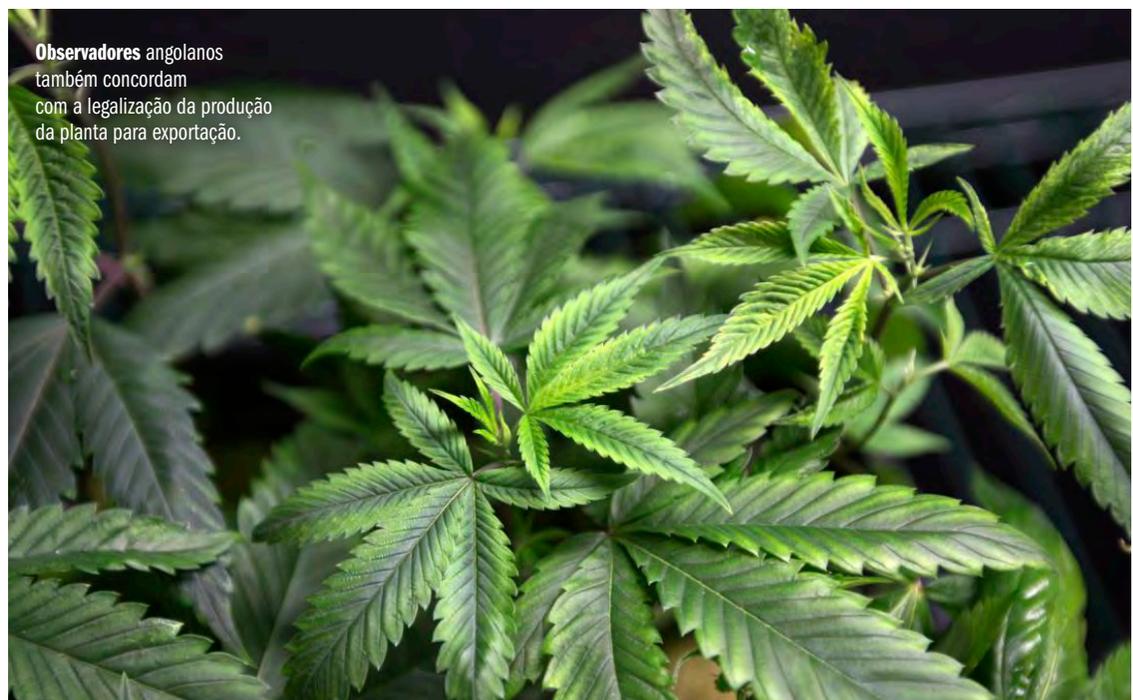
Fernando Pacheco, agrónomo e conselheiro do Presidente da República, sublinhou na altura não ser “nem a favor nem contra a legalização”, mas que “apoiaria a iniciativa caso se criasse uma comissão multissetorial”, composta pelo sector

da saúde, defesa e segurança, entre outros, que, com base em estudos, “atestasse a viabilidade socioeconómica do negócio”. Entre outras, destacou a necessidade de se diversificarem as fontes de receitas, apelando a uma fiscalização redobrada, em caso de o Governo vir a optar pela legalização desse ‘subsector’ agrícola.

Igualmente ao VALOR, Albano Lussati, presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), embora se oponha a uma formalização imediata, por questões culturais, também se manifestou favorável que o Governo encontre na ‘liamba’ uma alternativa às fontes de receitas tradicionais, não só por haver muitos países a facturar, mas sobretudo pela “necessidade da redução da fome e a pobreza”.

O politólogo Pedro Gomes, presidente de uma das alas do partido FNLA, também se revelou a favor. O político propõe antes um “estudo para identificar os potenciais mercados, para de seguida se elaborar propostas concretas” para apreciação da sociedade.

Por Antunes Zongo



Observadores angolanos também concordam com a legalização da produção da planta para exportação.

Mercados & Negócios

EMPRESA É ACUSADA DE PRETENDER LESAR O ESTADO

A Energia acusa GE de fomentar desentendimento com o Governo

CONFLITO. Executivo justifica corte na relação com a única empresa detentora de um certificado ISO de gestão anti-corrupção em toda África, por “quebra de confiança”. Entidade culpa General Electric pelo diferendo com o Governo, mas a multinacional norte-americana descarta qualquer envolvimento no conflito.

Por Antunes Zongo

A rescisão pelo Governo de 13 contratos com a A Energia foi precipitada por uma informação “falsa” prestada pela General Electric, segundo o CEO da A Energia, Ivo Pizarro, que estima em cerca de 400 milhões de dólares as perdas financeiras, decorrentes da decisão governamental.

A informação sobre a rescisão dos contratos foi tornada pública em Agosto, mas ao VALOR, o CEO da A Energia afirma que os cortes nos contratos começaram há quase um ano. Para o Governo, o termo na relação justifica-se por “quebra de confiança”, por alegadamente a empresa ter tentado burlar o Estado em mais de 100 milhões de dólares, com a venda de quatro turbinas por duas vezes.

Ivo Pizarro conta outra versão. Explica que a aquisição das turbinas ocorreu entre 2016 e 2017, tendo a empresa pago apenas parte da factura, com recurso à banca, sobretudo a internacional. Doze das 14 turbinas tinham como destino Angola e duas destinavam-se aos Camarões, mas o “Estado angolano comprou apenas oito” por causa das limitações financeiras.

Segundo o responsável, o Governo não pagou no momento a totalidade do produto e come-



çou a fazê-lo depois de ter beneficiado de uma linha de crédito de 1.100 milhões de dólares da norte-americana General Electric.

A A Energia, pretendendo escapar às taxas de serviços cobradas pelos bancos durante as transferências, acordou com o Ministério das Finanças e a GE que, ao invés de o Governo depositar para as contas da empresa e essa, por sua vez, pagar as dívidas que ainda mantinha com as diferentes GE, seria o

Governo a depositar uma parte do montante à GE e outra parte à A Energia, até à conclusão dos atrasados. Até aí, em meados de 2018, explica a A Energia, tudo corria bem entre o Governo e a parceira angolana, mas depois de o Executivo sentir a necessidade de comprar as outras quatro turbinas, as coisas ‘azedaram’. Perante a incapacidade de contrair mais endividamento, o Ministério da Energia e Águas sugeriu ao Presidente da República que se reduzisse de cinco

para dois anos o período de exploração da central térmica do Soyo que se tinha atribuído à A Energia, visando converter o montante que sobra em comprados equipamentos. “Estávamos a negociar para ver a viabilidade da proposta, é quando vem a GE dizer que as turbinas já são do Estado. Isso não é verdade. O Governo pagou pelas oito turbinas e, ao todo, nós comprámos 14. Mas o Estado deu crédito às afirmações da GE, culminando com o fim dos contratos e o arresto das turbinas”, refere Ivo Pizarro, insistindo que a afirmação da GE é “falsa”.

O responsável da A Energia declara “não saber ao certo” o que terá levado a norte-americana a concluir que as turbinas já teriam sido todas do Estado, mas suspeita que o “equivoco” resulta do acordo que tiveram, em que Governo passou, através da linha de crédito, a pagar directamente as dívidas que a A Energia mantinha junto dos fornecedores.

GE NEGA ACUSAÇÃO

Entretanto, a General Electric, através de um alto quadro do gabinete de comunicação, nega ter dado qualquer garantia ao Governo a cerca da titularidade do equipamento, considerando “falaciosa” a atribuição de afirmações à companhia. “A decisão do Governo de cancelar os seus contratos com a A Energia é uma questão entre o Estado e a A Energia, um processo no qual a nossa empresa não está nem um pouco envolvida”, sublinha.

EMPRESA PODE ENCERRAR PORTAS

A A Energia, que, além de Angola, actua no Gana, Camarões e residualmente em Moçambique, pode encerrar portas, dado que Luanda representa o maior mercado da companhia. Apesar de ainda manter um acordo com o Ministério dos Transportes, ao qual fornece equipamentos para locomotivas e presta assistência técnica às turbinas, Ivo Pizarro não tem dúvidas de que será mais difícil conseguir um novo contrato, quer seja em Angola, quer seja no exterior, face à imagem negativa que a acção do Governo transmitiu à sociedade. “Já ninguém quer saber de uma proposta nossa, nem para montar uma central, nem para vender ou reparar uma locomotiva. Portanto, não estamos a conseguir novos trabalhos”, lamenta o gestor, que dá conta ainda que foram forçados a reduzir em 80% o número de trabalhadores, passando de 150 para 30.

Entre outras, Ivo Pizarro acredita que, com a saída em cena da A Energia, o Governo passará a gastar o dobro do que gastava com cada um dos 13 contratos, se pretender montar uma central térmica e/ou assistência de um ou outro serviço, dado o preço médio que se pratica no mercado por megawatt. Por exemplo, o custo da central ronda dos 2,2 milhões aos 2,6 milhões de dólares, sendo que a A Energia cobrava ao Estado entre 900 mil e 1,2 milhões de dólares.

Este
Natal
liga mais
as pessoas



www.unitel.ao

 **UNITEL**

(In)formalizando

EXPANSÃO, RECURSO A CRÉDITO E MODA

Os maiores desafios dos alfaiates

OFÍCIOS. Mesmo com o avanço da industrialização da moda, alfaiates de rua e praças continuam na ‘berra’, por isso muitos procuram por oportunidades para o desenvolvimento do negócio. Crédito está no plano de todos, mas o fracasso é uma marca

Por Raimundo Ngunza

Alfaiate ou costureiro são dois profissionais que vão resistindo à modernização e com “forte margem de crescimento”, sobretudo no que diz respeito ao ajustamento de peças. O quadro é desenhado ao VALOR por diversos profissionais.

Bento Bento é um deles. O alfaiate trocou o futebol pela tesoura e linhas e conta que, em 1979, ao notar que os seus colegas de equipas jogavam com calções rasgados, resolveu costurar e nunca mais largou a profissão. Aos 56 anos, Bento Bento contabiliza já cerca de 38 anos de profissão, que lhe proporcionaram tudo o que tem.

Segundo estima, nos melhores dias, factura entre 12 e 13 mil kwanzas, valores que servem para a aquisição do material necessário para o ofício, como linhas, tecidos, botões, tesoura e outros utensílios.

A trabalhar por enquanto na rua, Bento Bento tenciona legalizar-se e garante que a profissão significa muito para a sua vida e da família e, por isso, sonha evoluir. Dos planos consta a aquisição de novas máquinas e a montagem de uma ofi-



Victor Kunbissa, alfaiate

Alfaiate ou costureiro

Alfaiate é o profissional que transforma o tecido em peça de vestuário, com qualificação industrial, porém artístico-artesanal e também sob medida. Pode dizer-se que não há muita diferença entre o alfaiate e o costureiro comum. Os alfaiates que ficam conhecidos por costurarem para pessoas da elite denotam um certo glamour na palavra. Os profissionais

da área, geralmente, trabalham em ateliers ou oficinas e, quando precisam de ajuda, contratam aprendizes. O alfaiate é um costureiro, por isso deve acompanhar a moda e actualizar os modelos e tecidos de roupas. Mulheres que exigem modelos exclusivos ou homens que desejam usar um figurino elegante procuram o alfaiate para compor o seu estilo.



Bento Bento, alfaiate

cina para receber jovens que desejam aprender a profissão.

O desejo de conseguir um crédito também faz parte dos objectivos, apesar de ter recorrido a bancos e não ter sido bem-sucedido, por falta de alguns documentos e avalista. Com a nova tentativa, e caso consiga o financiamento, o alfaiate pretende formar uma escola de corte e costura que considera ser uma área que pode gerar muito dinheiro e também empregar pessoas, desde que os recursos sejam bem aplicados. “Preciso de 20 milhões de kwanzas para alavancar o negócio”, precisa.

Quem também encontra dificuldades em obter crédito bancário é o alfaiate Zombo César. De 47 anos, César pretende investir num curso de alta-costura. Para já, trabalha na rua numa pequena sombra improvisada com alguns panos e luando, mas o objectivo é arranjar um lugar com melhores condições.

À porta da quadra festiva, Zombo César conta que consegue obter por dia entre 12 e 15 mil kwanzas e, em dias ruins, o número desce para entre oito e nove mil kwanzas. Além de sustentar a família com o trabalho, está a criar poupanças para arrendar um espaço maior e legalizar a sua profissão. “Já tenho nome da empresa que desejo criar.”

Há 14 anos na costura está também Carlito Kazamba, 34 anos, que diz ter-se apaixonado pela arte

quando viu o seu tio coser algumas roupas. Apesar de não concluir os estudos, o jovem alfaiate sublinha que tem na profissão o único ganho-pão. A trabalhar numa alfaiataria com máquinas modernas e eléctricas, junto ao famoso prédio dos cubanos, no Maculusso, revela que fazem de tudo um pouco, desde pequenos remendos até roupa por encomenda.

Kazamba conta que a ideia de empreender, neste ramo, surgiu quando o espaço tinha sido arrendado a outra pessoa e, após o fim do contrato, resolveu apostar na moda. Nesta fase, encontra-se no processo de legalização do negócio, uma vez que conta com “uma boa base de clientes fiéis”. Como o segredo é alma de qualquer negócio, o jovem alfaiate preferiu não revelar a facturação. Nos planos de crescimento, prevê parcerias e a sua presença em “zonas nobres”.

No bairro da Madeira (Calemba), em Luanda, encontramos Victor Kunbissa, de 68 anos, na chamada ‘Pracinha da Polícia’. Sentado a uma sombra improvisada e com ar de poucos amigos, conta que não consegue bons rendimentos devido ao elevado número de alfaiates. E diz que possui duas máquinas que não consegue utilizar por falta de espaço. “Nunca pensei associar-me a outros colegas e pedir um crédito, por falta mesmo de interesse”, precisa.



BRILHAMOS MAIS CONSIGO. BOAS FESTAS.

Que esta relação de confiança perdure por muitos e bons anos, para continuarmos a celebrar juntos cada momento. Desejamos-lhe um Feliz Natal e um próspero Ano Novo, com o Banco BIC e o BIC Seguros sempre ao seu lado.

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos



BIC Seguros
Seguramente Juntos

De Jure

RÉUS DO 'CASO 500 MILHÕES' DEFENDEM-SE NO TRIBUNAL SUPREMO

Ex-director do BNA coloca 'em xeque' acusação do Ministério Público

JULGAMENTO. António Manuel declarou ter visto o memorando em que José Eduardo dos Santos orientava o ex-governador do BNA a assinar contratos e a concretizar a transferência dos 500 milhões de dólares. E refutou a tese da acusação de que Valter Filipe usurpou competências do conselho de administração do BNA.

Por Redação

A audição ao réu António Samalia Bule Manuel, pronunciado nos crimes de peculato e branqueamento de capitais, no processo da alegada transferência ilegal de 500 milhões de dólares do BNA para o Reino Unido, ficou marcada por vários esclarecimentos que, na opinião de alguns observadores, fragilizam a acusação do Ministério Público.



Nas duas sessões dos dias 12 e 16 de Dezembro, em que foi questionado pelos três juízes que conduzem o julgamento, pelo Ministério Público e pelos advogados da defesa, o ex-director do departamento de gestão de reservas do BNA afirmou que, ao contrário do que atesta a acusação, o ex-governador do BNA, Valter Filipe, tinha competências para autorizar a transferência dos 500 milhões de dólares, “no âmbito da política de investimento” do banco central. António Manuel referiu que, na distribuição de pelouros do conselho de administração do BNA, competia ao governador a gestão do departamento de gestão de reservas, daí que tenha sido de Valter Filipe de quem recebeu as instruções da operação de transferência que, entretanto, foi realizada pelo departamento de operações bancárias. Ante a insistência dos juízes e do Ministério Público sobre eventuais irregularidades cometidas no processo de transferência, António Manuel assegurou que o departamento que dirigia cumpriu cabalmente todos os procedimentos aplicáveis, antes de remeter o processo ao departamento de operações bancárias. Explicação que, para um jurista que acompanha

as sessões de julgamento no Tribunal Supremo, coloca a discussão no plano de cumprimento de regulamentos internos e não na esfera de eventuais ilegalidades. “Pelo que vejo aqui, não se está a discutir matérias de natureza criminal, mas antes de cumprimento de regulamentos. Ora, mesmo que, em última hipótese, houvesse incumprimento de procedimentos, jamais deveria ser levantada a questão criminal. Há muito desconhecimento aqui [no Tribunal] sobre várias matérias, incluindo de direito administrativo”, observa o académico, sob anonimato.

Respondendo sobre as autorizações que Valter Filipe teria recebido de José Eduardo dos Santos, António Samalia Bule Manuel assegurou ter visto um memorando assinado pelo ex-Presidente da República, em que o ex-governador recebia instruções para prosseguir com o processo, incluindo a assinatura dos contratos e a concretização da transferência do montante total de 1,5 mil milhões de dólares, o que seria feito em três tranches. “Os valores voltariam, entretanto, ao BNA sem qualquer ónus para o Estado”, precisou o réu, socorrendo-se dos termos do contrato de gestão de reservas.

“Actual Presidente da República “teve conhecimento” do dossier relacionado com a criação do fundo estratégico do Estado, antes de chegar ao poder.”



“GARANTIA NÃO ERA CONDIÇÃO ABSOLUTA”

Questionado pelos juízes sobre o facto de a transferência dos 500 milhões de dólares ter sido realizada sem a apresentação prévia de uma garantia pelos promotores, António Manuel explicou que o contrato de gestão de activos, assinado entre o BNA e o consórcio integrado pela Mais Financial e a Resource, não determinava a emissão prévia de uma garantia. Mas acrescentou que as cláusulas do contrato estavam em conformidade com as práticas internacionais. “Neste tipo de contratos, as garantias não são condição absoluta. Às vezes há, outras vezes não. Depende de muitas variáveis”, comentou o ex-director do departamento de gestão de reservas do BNA. António Manuel explicou também que os 500 milhões de dólares nunca estiveram fora da esfera patrimonial do BNA, sendo que estavam alocados apenas a um gestor externo, nos termos de um mandato, conferido através do contrato, à semelhança do que aconteceu com os demais gestores externos das reservas do BNA.

Ao esclarecer a necessidade da transferência dos 500 milhões de dólares, antes da criação do fundo de investimento estratégico, con-

MEMORIZE

● **O julgamento dos quatro réus arrolados no processo da transferência alegadamente ilegal de 500 milhões de dólares para Londres iniciou no dia 10 de Dezembro, com a leitura da acusação, da pronúncia e da contestação da defesa.**

26,85

Milhões de euros, total do montante que o empresário Jorge Sebastião restituiu ao BNA e ao Estado, em resultado de não se ter concretizado o contrato de assistência técnico-financeira assinado entre o BNA e a empresa Masis Financial.

forme contratualizado, António Manuel explicou que isso ocorreu pela natureza do instrumento que se pretendia erguer. “Para a criação de um fundo de investimento, este fundo tem de ser antes capitalizado, só assim é que estará apto para a captação de recursos. Sem capitalização não há fundo”, sublinhou.

Nas explicações técnicas do réu, a colocação dos 500 milhões de dólares na conta bancária da Perfect Bit, a empresa fiduciária, é “uma prática corrente”, na medida em que os fundos não podem estar sob custódia directa dos promotores do fundo de investimento, “por razões de segurança, credibilidade e transparência”.

“O ESTADO NÃO TEVE PREJUÍZOS, MAS SIM O RÉU”

Ouvido na sessão de 10 de Dezembro, o empresário Jorge Sebastião, pronunciado nos crimes de burla por fraude, branqueamento de capitais e tráfico de influência, explicou que os 24.850.000 euros transferidos para a conta da Mais Financial em Portugal não se destinavam para seu benefício próprio, como acusa o Ministério Público. Mas antes para a realização de um conjunto de pagamentos relacionados com o processo de criação do

fundo de investimento estratégico, conforme o contrato de assistência técnica e financeira, assinado com o BNA. Jorge Sebastião lembrou que alguns pagamentos foram antecipados aos fornecedores, com recursos próprios, antes de a Mais Financial receber os valores do BNA, justificando o seu envolvimento na iniciativa “pelo interesse do Estado”.

Interrogado sobre o retorno dos valores às contas do BNA, uma vez que as suas contas bancárias se encontravam bloqueadas em Portugal, o empresário declarou que teve de fazer recurso ao seu património pessoal. “Uma vez que a finalidade do contrato não chegou a concretizar-se, entendemos de imediato que os valores tinham de retornar ao BNA”, precisou, apontando, entretanto, o incumprimento por parte do Estado de um acordo negociado em Londres. “Os representantes do Estado tinham-se comprometido em garantir o desbloqueio da conta em Portugal, para facilitar o retorno dos valores, mas não o fizeram. A conta continua bloqueada até hoje, ainda assim retornámos os valores, porque havia prazos a cumprir e porque os valores pertenciam ao BNA”, precisou. Segundo o empresário, além dos 24.850.000 de dólares, entregou também ao Estado 2.000.000 de euros, correspondentes aos custos judiciais do processo arbitral aberto em Londres pelo Estado, totalizando 26.850.000 euros, além dos 500 milhões de dólares restituídos pela Perfect Bit. “Na verdade, o Estado não teve prejuízos, mas sim eu que estou na condição de réu”, observou Sebastião.

“JOÃO LOURENÇO TINHA CONHECIMENTO”

O advogado do ex-governador do BNA, pronunciado nos crimes de peculato e branqueamento de capitais, declarou que o actual Presidente da República “teve conhecimento” do dossier relacionado com a criação do fundo estratégico do Estado, antes de chegar ao poder. Sérgio Raimundo lembrou que a reunião de Setembro de 2017 entre José Eduardo dos Santos e as diversas partes integrantes da iniciativa contou com a presença do actual ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, que, na altura, respondia pelas questões económicas do bureau político do MPLA. João Lourenço só não estaria presente por razões de agenda e Manuel Nunes Júnior,

segundo o advogado, participou na qualidade de futuro responsável pela equipa económica do Governo saído das eleições de 2017. “O processo não foi montado às escondidas”, sublinhou Sérgio Raimundo, revelando que José Eduardo dos Santos teria preferido outra proposta de captação de fundos apresentada pelo então vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente.

“TRIBUNAL SUPREMO É INCOMPETENTE”

Na sessão desta segunda-feira, 16 de Dezembro, o advogado do ex-presidente do conselho de administração do Fundo Soberano de Angola colocou um recurso, em que declara o Tribunal Supremo como incompetente para julgar a matéria. António Gentil Simão mencionou várias normas da legislação angolana, além da adesão de Angola à ‘convenção sobre o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras’, para questionar a legitimidade do Supremo. Para o advogado de José Filomeno dos Santos, o contrato de gestão de reservas, que suportou a transferência dos 500 milhões de dólares, “estabelece claramente” a arbitragem internacional como o fórum para a resolução de eventuais conflitos decorrentes da sua execução. E uma vez que já houve uma sentença arbitral internacional “o Tribunal Supremo não deveria pronunciar-se sobre os conflitos decorrentes desse contrato. É incompetente”, reafirmou Gentil Simão.

José Filomeno dos Santos, por sua vez, que também responde pelos crimes de burla por fraude, tráfico de influência e branqueamento de capitais, assegurou, na audição do dia 11 de Dezembro, que a sua intervenção no processo foi determinada pelo então chefe do Executivo, pela sua experiência em gestão de fundos, mas aclarou que o Fundo Soberano de Angola não teve qualquer papel operacional ou institucional no processo. Filomeno dos Santos negou que a parte angolana se tenha envolvido em qualquer operação para lesar o Estado e criticou o facto de a justiça angolana ter ignorado a participação na Procuradoria-Geral da República contra a parte estrangeira, nomeadamente os prófugos Hugo Onderwater e Samuel Barbosa, assim com as respectivas empresas.

Gestão

AGENDA DA SUA EMPRESA PARA O PRÓXIMO ANO

Como planejar 2020



BALANÇO. Planeamento anual pode ser uma tarefa desafiante. Comece por estes passos e planeie um 2020 de sucesso e crescimento para a sua empresa.

● **NÃO ESQUEÇA O ÚLTIMO TRIMESTRE**

Os últimos três meses do ano passam, muitas vezes, atabalhoados entre datas depois de quase um ano de trabalho. Ou seja, na recta final, pode ser fácil perder o foco em resultados nesta fase. Evite esquecer-se das análises do último trimestre e das lições que dele deve tirar em termos de produção, de vendas e de serviços que a sua empresa presta.

● **REVEJA O ANO QUE PASSOU**

Reúna a sua equipa e peça três coisas por departamento que correram bem outras três que correram mal no decurso do ano. Faça uma acta da reunião e colha sugestões de melhoramento e produza um documento acessível a todos. Celebre os sucessos da sua equipa.

● **RENOVE A SUA VISÃO, SEJA FUTURISTA, AUTOMATIZE**

Ao planejar 2020, lembre-se que deve ter uma abordagem de futuro. Se os seus planos são

antigos, revise-os e garanta que ainda são eficientes e actuais. Questione-se sobre se o seu objecto justifica a existência da sua equipa, se os seus objectivos a animam. Pense no futuro e como a sua empresa se enquadra. Pense em que aspectos pode automatizar eficientemente e poupar recursos humanos.

● **DEFINA OBJECTIVO ANUAL**

Definir os objectivos para 2020 deve ser um exercício enquadrado no seu objectivo empresarial geral. Para 2020, planeie metas, objectivos mesuráveis a nível financeiro, de fatia de mercado, aumento de vendas e outros indicadores que avaliam a performance da sua empresa na prática, como o retorno de clientes.

● **REAVALIE ESTRATÉGIAS**

Reúna a sua equipa para uma sessão de 'brainstorming' de grupo, divida-a em grupos de foco nos diferentes objectivos anuais e, em conjunto, definam os passos para os alcançar. O

exercício vai rever a sua estratégia e dar a perceber lacunas a corrigir para melhor execução da sua planificação estratégica. Pense na sua comunicação interna antes de projectar a externa.

● **SEJA DIGITAL**

As plataformas digitais são cada vez mais o futuro. Reveja a sua posição digital e como o seu negócio pode crescer online. Pense em todas as possibilidades que o mundo digital oferece, incluindo oportunidades de 'outsourcing' que lhe podem poupar recursos e maximizar qualidade de serviço. Use as possibilidades de comunicação online entre a sua equipa e os seus clientes de forma produtiva.

● **APOSTE NO VERDE**

O ambiente agradece e a sua empresa também. Aposte em recicláveis que até poderão poupar dinheiro; comunique a aposta aos seus clientes porque, cada vez mais, as preocupações ambientais definem as escolhas de consumo. Mude a sua imagem, seja mais verde.



A TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA & A OLAVO GAMBOA

APRESENTAM...



ONESMUS

VS

BENTO
ALGARVIO



KYALA
JÚNIOR

TÍTULO
MUNDIAL DA
WBFF

NEW MAN

LUTA DA NOITE: KYALA JUNIOR VS NEW MAN

30 DE NOVEMBRO

LOCAL: CIDADELA DESPORTIVA



MAIS INFORMAÇÕES (+244) 921637672 | 997185495

Opiniões

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



PROPRIV – necessidade de um enquadramento fiscal específico?



Inês Cabral,
Senior Manager
EY Assurance
Services

No âmbito do relançamento do sector privado e da reforma das finanças públicas, foi apresentado, no passado mês de Agosto, o Programa de Privatizações (PROPRIV), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 250/2019, de 5 de Agosto, pretendendo-se que o mesmo contribua para a concretização de três objectivos principais: (i) promoção da estabilidade macroeconómica, (ii) aumento da produtividade da economia nacional e (iii) distribuição mais equitativa do rendimento nacional.

De entre as quatro modalidades de privatização previstas, destaca-se o aumento do capital social por via da subscrição de acções por parte de entidades privadas e a alienação/aquisição de acções.

Naturalmente que o interesse neste programa dependerá dos objectivos de negócios estratégicos específicos de cada um dos potenciais investidores, bem como da performance expectável das acções

em apreço.

É ao nível do retorno que estas acções podem vir a gerar que se coloca o tema fiscal, uma vez que os investidores quererão analisar a rentabilidade líquida de imposto. Nessa medida, numa lógica de detenção/alienação, assumem grande relevância questões como a eliminação da dupla tributação económica e eventuais isenções aplicáveis.

Se atendermos ao que determina o Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) a respeito destas matérias, verificamos que se encontra prevista uma isenção para dividendos distribuídos por entidades com sede ou direcção efectiva em Angola, exigindo-se o cumprimento das seguintes condições quanto ao perfil do investidor: (i) deverá uma pessoa colectiva ou equiparada com sede ou direcção efectiva em Angola, (ii) deverá encontrar-se sujeito a Imposto Industrial, ainda que dele isento, (iii) deverá deter uma percentagem de participação no capital social da entidade que distribui os dividendos não inferior a 25% por um período superior a um ano, com referência à data da distribuição.

Tendo presente a aplicação desta regra na perspectiva do PROPRIV, antecipamos que em algumas situações, possa vir a ser difícil que um único investidor atinja uma participação mínima de 25%. Por outro lado, potenciais investidores não residentes em Angola não seriam

elegíveis para a isenção em apreço, independentemente da percentagem de participação detida, pelo que seriam integralmente tributados, por retenção na fonte, sobre os dividendos recebidos.

Já quanto a eventuais mais-valias que potencialmente venham a ser realizadas com a alienação destas acções, as mesmas poderão ser tributadas em sede de Imposto Industrial ou IAC, consoante as mesmas sejam, ou não, obtidas no âmbito de uma actividade de natureza comercial. Também aqui poderia ser equacionada a criação de uma isenção de imposto eventualmente dependente do período de detenção (tipicamente um regime adoptado em outras jurisdições comumente designado por “participation exemption”).

Outros impactos associados a este programa e talvez merecessem ser revisitados incluem a sujeição a Imposto do Selo dos aumentos do capital social, bem como os requisitos previstos na Lei do Investimento Privado.

Tendo em consideração o exposto, parece-nos que poderá fazer sentido equacionar a criação de um enquadramento fiscal específico aplicável ao PROPRIV, o qual deverá ser delineado de forma a, por um lado, conciliar a necessidade de o factor fiscal contribuir para o sucesso do programa em termos globais e, por outro, garantir a atractividade do investimento na perspectiva do investidor (nacional ou estrangeiro).

“Se tiverem apoio suficiente, os modelos PayGo podem revolucionar o fornecimento de bens e serviços, estimulando o desenvolvimento inclusivo.”

‘Pay-As-You-Go’ para o desenvolvimento africano



Cina Lawson
Ministra da
Economia Digital
e Inovação Tecnológica do Togo

O aumento dos serviços digitais pré-pagos (PayGo) em África é motivo de comemoração. Ao permitir que as populações de rendimento baixo, tanto rurais como urbanas, tenham acesso a bens e serviços necessários para sobreviver (comida, água e abrigo), mas também para prosperar (educação, assistência médica e activos geradores de rendimento), o modelo de negócios PayGo pode melhorar significativamente a sua qualidade de vida. De facto, se tiverem apoio suficiente, os modelos PayGo podem revolucionar o fornecimento de bens e serviços, estimulando o desenvolvimento inclusivo.

Os modelos digitais PayGo aproveitam a comunicação ‘máquina para máquina’ e a tecnologia de sensores para permitir que as empresas controlem o uso, bloqueiem ou desbloqueiem os seus recursos e acedam a dados relevantes remotamente. Isso, juntamente com mecanismos de fixação de preços flexíveis, possibilita às empresas oferecerem bens e serviços aos consumidores com capital limitado e fluxos de rendimento variáveis, trazendo melhorias imediatas aos padrões de vida.

Por exemplo, ao reduzir o custo inicial de máquinas agrícolas, moinhos e sistemas de irrigação, os modelos PayGo permitem aos agricultores aumentarem a sua produtividade e, por sua vez, os seus rendimentos. Para isso, a ‘start-up’ nigeriana Hello Tractor, em parceria com o fabricante global de tractores John Deere, criou um programa que oferece a pequenos agricultores na Nigéria, Quênia e Moçambique acesso a pedido aos equipamentos da empresa.

Além disso, os modelos PayGo estão a ajudar a expandir o acesso a serviços. Ao aproveitarem a queda nos custos de baterias solares, num continente sem escassez de sol, os chamados serviços de próxima geração, como a BBOXX, que opera em



12 países, incluindo Togo e Ruanda, estão a oferecer sistemas domésticos solares baseados no PayGo para as comunidades que estão excluídas das redes eléctricas ou vivem sem acesso fiável à energia.

A BBOXX também está a aplicar o seu modelo PayGo para equipar indivíduos, famílias, comunidades e pequenas e médias empresas com recursos geradores de rendimento, como equipamentos de cozinha não poluentes, moinhos eléctricos e sistemas de irrigação movidos a energia solar. A localidade togoleza de Sikpé Afidégnon é um excelente exemplo de como isso funciona na prática, uma vez que a parceria da BBOXX com a EDF Energy energizou toda a localidade com electricidade solar PayGo.

Em toda a África, as metodologias do PayGo estão a facilitar o fornecimento de bens públicos e produtos de consumo – tais como iluminação de bairro, estações de carregamento de telemóveis, centros de aprendizagem ligados à Internet, rádios, televisões e ventiladores – às comunidades. De facto, à medida que as taxas de penetração móvel em África foram aumentando – Togo atingiu 82,6% de penetração – e o dinheiro móvel proliferou, a aplicação de modelos de negócios PAYGo digitais tornou-se

mais fácil do que nunca. E o potencial do PayGo está apenas a começar a ser explorado.

Por exemplo, as soluções PayGo podem desempenhar um papel poderoso no aumento da inclusão financeira, pois os dados gerados pelas microtransacções e tendências de uso formam um historial de crédito para os consumidores que, de outra forma, poderia ser difícil de criar. Além de melhorar o acesso a serviços financeiros, como empréstimos ou micro-empréstimos, esse registo poderia permitir-lhes adquirir um seguro de saúde ou de vida.

Tudo isso ajudaria muito a melhorar o bem-estar geral, a aumentar a produtividade e a promover o crescimento inclusivo. Mas, para aproveitar ao máximo esta oportunidade, não é só o sector privado que tem de continuar a investir em soluções PayGo; o sector público também tem de se envolver. Afinal de contas, uma das responsabilidades mais fundamentais do governo é garantir que as necessidades básicas das pessoas sejam atendidas e que tenham oportunidades para prosperar.

Para começar, os governos deveriam fornecer subsídios que reduzam ainda mais as taxas de inscrição para clientes de rendimento baixo. Isso pode ser alcançado através

de parcerias público-privadas que diminuam o custo dos sistemas domésticos solares PayGo, como a que foi criada com a BBOXX. Togo assumiu a liderança através do programa ‘chèque solaire CIZO’, que oferece subsídios direccionados aos consumidores e fornece acesso acessível a sistemas domésticos solares de alta qualidade. Esta iniciativa foi possível graças aos dados dos clientes gerados pelos métodos PayGo. Os governos também deveriam criar incentivos para as empresas expandirem amplamente as soluções PayGo às comunidades rurais e urbanas e investir nas cadeias de valor PayGo.

Para promover ainda mais o PayGo, Togo vai testar, em breve, uma plataforma de código aberto unificada que liga os consumidores aos fornecedores de bens e serviços PayGo. Espera-se que a plataforma ofereça a qualquer empresa privada, que deseje fornecer bens e serviços às populações rurais, a capacidade de gerir equipamentos remotamente, acesso centralizado a dados sobre gastos de clientes e a um sistema seguro de processamento de pagamentos móveis. Os consumidores, por sua vez, não beneficiam apenas de um acesso mais fácil aos produtos PayGo; as suas tendências de uso são recolhidas de forma fiável e segura, criando assim os historiais de crédito tão necessários para aumentar a inclusão financeira.

Os esforços para melhorar a qualidade de vida, muitas vezes, resumem-se a custos. As famílias rurais e de rendimento baixo não se podem dar ao luxo de investir em bens e serviços que aumentem a produtividade; e os governos não se podem dar ao luxo de fornecê-los. Os modelos de negócios inovadores PayGo contornam esses obstáculos. Como resultado, o PayGo digital pode muito bem representar uma mudança de paradigma na procura pelo desenvolvimento económico inclusivo. É, por isso, que, como governantes africanos, temos de o apoiar.

Em toda a África, as metodologias do PayGo estão a facilitar o fornecimento de bens públicos e produtos de consumo – tais como iluminação de bairro, estações de carregamento de telemóveis, centros de aprendizagem ligados à Internet, rádios, televisões e ventiladores – às comunidades.

Marcas & Estilos



Vossa majestade

A Kelly Himalayan de 32 centímetros é, possivelmente, a bolsa mais rara e mais desejável do mundo. É feita de crocodilo de Nilo, numa coloração subtil que evoca imagens das montanhas majestosas das Himalaias e pequenos itens diversos, com subtileza.



Intemporal

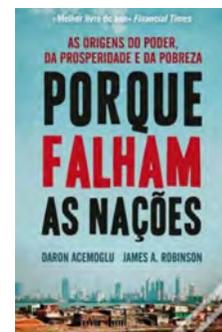
Este carrinho sólido de madeira de nogueira apresenta uma luz LED, forte justaposição entre formas leves, e a solidez material torna idealista um sotaque original e intemporal. Inclui um sensor de movimento fotoeléctrico que liga e desliga a luz automaticamente.



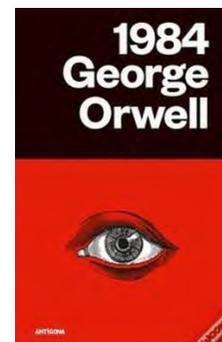
Verdadeiro e original

O Boondocker é a nossa interpretação do que se entende de padrão. Componentes como a sola de borracha com fio e os olhais castanhos pintados foram especialmente fornecidos para esta bota e cada detalhe foi considerado e mantido o mais verdadeiro possível para o original.

LIVROS



PORQUE são umas nações ricas e outras pobres? Daron Acemoglu e James Robinson explicam de uma forma conclusiva.



1984 oferece uma descrição realista do sistema de fiscalização em que passaram a assentar as democracias capitalistas.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 12 DE JANEIRO
Exposição 'A causa das Coisas' do artista plástico António Ole, no Centro Cultural Português.

19 DE DEZEMBRO
José Luís Mendonça apresenta o livro 'Se os Ministros Morassem no Muçequê', no Centro Cultural Português, a partir das 19 horas.

20 DE DEZEMBRO
2.ª Edição do Especial Fim do Ano, com a presença de Matias Damásio, no Centro de Conferências de Belas, às 20 horas.

20 DE DEZEMBRO
O grupo Ndimbu - Danças de Angola apresenta o espectáculo cultural 'Ritmos e Rituais', na LAASP (ex-Liga Africana), pelas 18 horas. Ingressos a 1.500 kwanzas.

21 DE DEZEMBRO
Concerto de Filipe Mukenga, no Palácio de Ferro, às 19 horas. Entradas gratuitas.

AUTOMÓVEL

Ergonomia e robustez

O Kia Cadenza é um dos executivos mais luxuosos e sofisticados de alto nível que a marca sul-coreana alguma vez fabricou. O motor V6 3.5 é uma versão simplificada dos usados em mercados consolidados. O desenho envolve as lanternas de posição e traseiras. O capô é bem aprazível e tem vincos salientes nas laterais, que marcam bem o design.

O ajuste da coluna de direcção integra a memória do assento do condutor, que é de couro eléctrico. O display é digital, a chave electrónica. O botão de partida está próximo do volante, além do ar condicionado 'dual zone'.

O Cadenza tem um aspecto com linhas bem elegantes e suaves, que dão um contorno atraente. Na parte de frente, os faróis são de xénon e luzes diurnas em LED, dando-lhe um aspecto mais rebuscado.



RESTAURANTE

Generoso no sabor e no bolso

O Benfica é um dos bairros que mais cresce na cidade e, com tanta gente a viver e a trabalhar na zona, há uma grande procura por restaurantes. Recentemente, nasceram alguns destes, como é o caso do Club Champagne, que funciona também como discoteca e hotel. Para a entrada, disponha, entre outros, do pão de alho acompanhado com camarão ao alho.

RESULTADOS DA COP25

Presidente da cimeira insatisfeita

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Cimeira de Madrid terminou com aprovação de um documento intitulado ‘Chile-Madrid, Hora de Agir’. Presidente da cimeira e secretário-geral da ONU mostraram-se “insatisfeitos e decepcionados” com os resultados alcançados.

A presidente da cimeira sobre o clima (COP25) em Madrid, Carolina Schmidt, mostrou-se insatisfeita com os resultados alcançados, considerando “triste” não conseguir chegar a um acordo quando se esteve “tão perto”.

No discurso de encerramento da COP25, Carolina Schmidt, que é também ministra do Meio Ambiente chileno, apelou à necessidade de “uma resposta mais sólida, urgente e ambiciosa” para enfrentar a crise climática.

A cimeira de Madrid, na qual participaram cerca de 200 países, terminou domingo depois de mais de duas semanas de trabalhos, com a aprovação de um documento intitulado ‘Chile-Madrid, Hora de Agir’.

No documento, os países assumiram a sua preocupação na urgência de agir para conter as alterações climáticas, mas foram poucas as decisões no que toca aos assuntos concretos, como por exemplo as regras dos mercados internacionais de carbono.

“Não estamos satisfeitos”, queixou-se Schmidt, lembrando que havia a esperança de conseguir encerrar o artigo 6.º do Acordo de Paris “para implementar um mercado de carbono robusto com integridade ambiental, focado em gerar recursos para transitar para um desenvolvimento sustentável, baseado em baixas emissões e resiliente ao clima”.

“É triste não conseguir chegar a um acordo final, quando estivemos tão perto”, lamentou, reconhecendo no entanto que existe um avanço “concreto” que faz “olhar com espe-



Carolina Schmidt, presidente da cimeira sobre o clima (COP25)

rança” para o futuro, considerando que o documento hoje assinado é um legado “ambicioso e ambientalmente sólido”.

Carolina Schmidt lembrou ainda que “os cidadãos do mundo” estão a pedir “avanços mais rápidos e melhores”.

ONU “DECEPCIONADA”

O secretário-geral das Nações Unidas (ONU), António Guterres, mostrou-se “decepcionado com

os resultados” da cimeira sobre o clima (COP25), mas apelou aos países que continuem a lutar contra a crise climática sem se “renderem”.

“A comunidade internacional perdeu uma oportunidade importante para mostrar uma maior ambição na mitigação e adaptação para enfrentar a crise climática”, lamentou António Guterres, apelando que “não devemos render-nos”.

António Guterres destacou que “está mais do que decidido” que 2020

89

Milhões de dólares foram mobilizados na COP25, provenientes de diversos países para o Fundo de Adaptação.

MEMORIZE

● O novo acordo pede um aumento da ambição dos compromissos de luta contra as alterações climáticas e apresenta várias medidas que têm como objectivo apoiar os países mais vulneráveis.



inicialmente, estava incluído no documento final, mas decidiu-se debatê-lo em separado.

O novo acordo pede um aumento da ambição dos compromissos de luta contra as alterações climáticas e apresenta várias medidas que têm como objectivo apoiar os países mais vulneráveis.

São dadas directrizes ao Fundo Verde do Clima para destinarem recursos para perdas e danos dos países mais vulneráveis aos fenómenos climáticos, assim como é pedido aos países desenvolvidos que apoiem financeiramente os mais frágeis.

Além disso, cria-se a ‘Rede Santiago’ que permite canalizar assistência técnica de organizações e especialistas para esses mesmos países mais vulneráveis.

Na COP25 foram mobilizados 89 milhões de dólares, provenientes de diversos países para o Fundo de Adaptação e mais de 80 países anunciaram que apresentarão em 2020 compromissos de luta contra as alterações climáticas mais ambiciosos do que os actuais.

O número de multinacionais comprometidas com a neutralidade carbónica (não produzir mais emissões de gases com efeito de estufa do que aquelas que tem capacidade de fazer desaparecer) em 2050 passou de 90, na cimeira de Nova Iorque, em Setembro passado, para 117 na cimeira de Madrid.

O número de grandes cidades comprometidas com a neutralidade passou de uma centena, na cimeira de Nova Iorque, para 398, na COP25.

O número de países comprometidos com a neutralidade carbónica passou de 66 para 73.

será “o ano em que todos os países se comprometem a fazer o que a ciência” diz: é necessário ser neutro em carbono até 2050 e a “não ir mais além dos 1,5 graus de aumento da temperatura do planeta”.

A 25.ª cimeira do clima, a maior de toda a história, começou a 2 de Dezembro e terminou a 15, domingo.

A regulação dos mercados de carbono foi um dos temas mais debatidos durante a COP25 e,

NÚMEROS DA SEMANA

17

Milhões de kwanzas, valor arrecadado, nos últimos dois meses, pela Administração Geral Tributária, resultante da cobrança do IVA, no Huambo.

589

Milhões de dólares, montante pago por Angola ao Brasil, liquidando assim o total da dívida pública contraída a esse país.

3

Mil milhões, 970 milhões, 957 mil e 33 kwanzas, valor destinado a projectos da Saúde, na Huíla, no quadro do Programa Integrado de Intervenção Municipal (PIIM).

130

Milhões de dólares, previsões do aumento da contribuição fiscal da Sociedade Mineira de Catoca, para 2019, até ao final do exercício económico.

85

Mil metros quadrados de mosaico e azulejo é a capacidade de produção da nova unidade industrial Sino Ord, na Barra do Dande, Bengo, inaugurada em Novembro último.



JULGAMENTO DE ANA GOMES

Isabel dos Santos considera vitória

Isabel dos Santos considera uma vitória o facto de o tribunal ter dado provimento à acusação contra a ex-eurodeputada Ana Gomes, que em Outubro, acusou a empresária de “lavar dinheiro em Portugal”. O julgamento do processo começou esta semana no Juízo Local Cível de Sintra.

“Independentemente do resultado do julgamento, para nós é já uma grande vitória termos acesso à justiça, e o tribunal ter aceite o caso”, explicou ao VALOR justificando o sentimento de vitória por o histórico mostrar ser difícil o tribunal aceitar queixas sobre difamação.

“Nos casos de defesa de personalidade, como foi o que interpomos, ou nos casos de difamação às vezes é difícil o tribunal aceitar a queixa. Há casos recente em Portugal contra Ana Gomes, em que o tribunal nem aceitou julgar! Por isso, isto já é uma vitória”

A empresária explicou que a decisão de avançar com a queixa se deve a insistência da eurodeputada em fazer acusações falsas sobre a sua pessoa. “Há anos que a ex-eurodeputada faz uma campanha negativa, e falsa sobre a minha pessoa. Durante muito tempo, na qualidade de euro-

deputada, gozou de imunidade o que não permitia tomar nenhuma atitude em relação às falsas acusações e mentiras que fazia. Como a imunidade dela terminou, temos a possibilidade pela primeira vez de ir à justiça reclamar”, sublinha Isabel dos Santos.

Para lá das anteriores acusações proferidas por Ana Gomes contra Isabel dos Santos, a mais recente desavença entre ambas deu-se depois de a engenheira angolana ter revelado à agência Lusa, que se “endivida bastante, e que, entretanto, tem muito financiamento por pagar”. Em reacção à entrevista, a ex-eurodeputada escreveu em sua página da rede social Twitter, que Isabel dos Santos se “endivida porque lava que se farta”, além de “usar Portugal” como uma lavanderia.

No entanto, Isabel dos Santos considera falsa a afirmação. “É uma acusação grave ao sistema bancário angolano e português e tem consequências sobre milhares de clientes dos bancos. Simplesmente, a Ana Gomes está a dizer que bancos em Angola e Portugal fazem actividade ilícita e criminosas. Portanto, terá de provar”, avisa a empresária.

EX-DIRECTOR DA COBALT

Venda de blocos “é desastre do milénio”

A Sonangol e a francesa Total assinaram, na segunda-feira, 16, um acordo de compra e venda dos blocos 20 e 21, que custaram, numa primeira fase, 400 milhões de dólares, podendo o negócio atingir valores adicionais de 250 milhões de dólares e, em função dos níveis de produção que forem alcançados, ultrapassar os 750 milhões de dólares, segundo o PCA da petrolífera angolana, Sebastião Martins.

O ex-director geral da Cobalt, antiga detentora dos activos, apresenta reservas em relação ao negócio, calculando que os termos do contrato favorecem muito a companhia. “É de lamentar que este negócio tenha sido feito nestes termos. Essa despesa será totalmente paga com a produção do campo Cameia ao fim de cinco anos de produção cerca de 2 mil milhões de barril e 10 TCF de gás. Para a Total é o negócio do século e para Angola o desastre do milénio”, defende.

Em Abril, o VALOR deu conta que uma das exigências das petrolíferas estava a ser a alteração do modelo contratual do bloco 21, passando do serviço de risco para a partilha de produção.

Mas o PCA da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANPG), Paulino Jerónimo garante que o contrato continua a ser de serviço de risco.

Explicação que o ex-director da Cobalt Angola aceita com reservas.

“Não acredito que seja. A Total entrar num RSA? Essa foi a razão para não entrarem antes” argumentou António Vieira.

De acordo com o PCA da Sonangol, as negociações para se chegar ao acordo levaram “bastante tempo”, considerando-o “importante para trazer desenvolvimento à bacia do Kwanza”.

A intenção, disse ainda o

chairman da Sonangol, tem que ver com a recuperação do dinheiro despendido pela companhia com os dois blocos, cuja participação foi adquirida à norte-americana Cobalt.

Ao intervir na cerimónia, o PCA da ANPG, Paulino Jerónimo, indicou que, para o bloco 20, está prevista a compra, por parte da Total, de 50% de participação, passando o grupo empreiteiro a ser constituído pela Total como operador, com 50%, pela British Petroleum (BP) (30%) e a Sonangol Pesquisa & Produção (20%).

Quanto ao bloco 21, está prevista a aquisição de 80% de interesse participativo pela Total, passando o grupo empreiteiro a ser constituído pela Total, como operador (80%), e Sonangol Pesquisa & Produção (20%), e, em situação semelhante ao Bloco 20, a petrolífera estatal angolana tornar-se-á operadora.

Com 17 poços de pesquisa e avaliação já perfurados, os Blocos 20 e 21 abrangem várias descobertas, incluindo Cameia, Mavinga, Bicua e Golfinho, em torno dos quais a Total e os seus parceiros irão concentrar os seus esforços para criar e valorizar um pólo de desenvolvimento.

O Bloco 20 está localizado na parte central do offshore da Bacia do Kwanza, com uma lâmina de água que varia entre os 300 e 1.700 metros, enquanto o Bloco 21 se localiza na parte centro-sul também do offshore da mesma bacia do Kwanza, com uma profundidade de entre 1.600 e 1.800 metros.

Fazendo recurso aos dados da Cobalt, António Vieira estima, em termos de reservas, para o Bloco 21, cerca de 1,5 mil milhões de barris e entre 4 e 5 tcf de gás. Para o Bloco 20, cerca de 1.000 milhões de barris e 10 a 15 tcf de gás, lembrando que o gás aparece como um valor adicional, porque, enquanto a Cobalt operava, os blocos não podia monetizá-lo.